

A SÍNDROME DA VIOLÊNCIA URBANA

Amauri Meireles, Ten Cel PM

Lúcio Emilio do Espírito Santo, Cap PM

“A verdade é que pensamos demasiadamente e sentimos muito pouco.

Na verdade precisamos muito mais de humanidade do que de máquinas. Precisamos de mais bondade e ternura e menos de inteligências.

Caso contrário, a vida se tornará cada vez mais violenta e tudo se perderá”.

— Charles Chaplin

I — INTRODUÇÃO

O sistema policial, qualquer que seja sua atuação espaço-temporal, não só exerce poderosa influência na vida do cidadão, como também é fortemente influenciado pelos demais grupos comunitários, a que tem o dever de servir. Afinal, é desta interação grupal, e de outras, que surgem sociedades locais ou regionais.

Seja em razão das atribuições típicas de polícia — proteção, socorro e recondução comunitários —, seja em razão da universalidade e obrigatoriedade da norma de direito, donde as instituições policiais retiram sua forma e substância, não há um só setor comunitário que não interaja com a organização policial.

Interessa, pois, tanto às comunidades como à polícia, a identidade de propósitos, a cooperação ampla e o desenvolvimento harmônico de uma e outra, de tal forma que não haja qualquer distanciamento entre os estágios de progresso da sociedade e da polícia que a integra.

É intolerável que uma comunidade que já adentrou a era tecnocrônica ou pós-industrial, de que fala Alvin Toffler, mantenha uma polícia apegada a métodos medievais e defasados no tempo.

Polícia truculenta, violenta, atrabiliária; polícia da chibata; polícia “científica” do pau-de-arara, do inquérito policial da Província do Brasil; polícia desajustada às necessidades de segurança da comunidade a que serve, face a insuficiência de seus recursos materiais e à ineficiência de seus recursos humanos.

De igual forma, uma polícia avançada certamente não convirá a uma sociedade atrasada, subdesenvolvida, rudimentar, diante do risco de transformar-se em instrumento de dominação, de subjugação intensa, longe de constituir-se em principal veículo que enseja o bem-estar social.

II — TECIDO SOCIAL E POLÍCIA

“A ordem e a desordem dependem da organização; a coragem e a covardia, das circunstâncias; a força e a fraqueza, das disposições.”

Como de resto ocorre com qualquer instituição, a polícia é tecido do próprio organismo social. É um segmento constituído de pessoas do povo para a sua própria defesa. É um simulacro da sociedade como um todo. Repete, em contraponto, as tendências, as características, os anseios e as aspirações do organismo social de que se origina.

Inúmeras observações poderiam ser aqui alinhadas, como corolários obrigatórios da verificação que acabamos de fazer.

A primeira delas é, sem dúvida, a esperança ou, até mesmo, o desejo, que a comunidade, a cada instante, manifesta de que a polícia não fosse uma repetição de si própria, ou, se a refletisse, pelo menos reproduzisse apenas os pontos positivos, as virtudes e as qualidades e não os vícios e defeitos.

Em outras palavras, uma vez transportado para a área policial, a comunidade espera que o segmento retirado de si mesma se transforme, se transubstancie, se torne imune a toda sorte de comportamentos inadequados, modos de sentir e de ver a realidade que ela mesma reprova.

As instituições policiais-militares procuram criar, para o trabalho comunitário, novo homem, através do caráter militar de sua organização. Este caráter, aliás, é maldosamente difundido como sinônimo de atividade bélica, guerreira, quando, na verdade, se refere à atividade desempenhada, pela força da administração, de forma controlada. E o controle desta força está nos pilares de sua estruturação — a disciplina e a hierarquia — e nos valores éticos peculiares, dentre eles o juramento do sacrifício da própria vida, se necessário, na defesa do indivíduo, da comunidade. Porém, vencer a herança social, a influência do meio e a identificação natural com o ambiente no qual se vive, é tarefa árdua, nem sempre coroada de êxito.

Há, também, da parte da comunidade, o desejo de que a polícia seja um organismo convenientemente aparelhado para o exercício de suas importantes funções. Ai, também, esta aspiração entre em choque com o que a sociedade é em si. Um país, pobre em recursos e rico em problemas sociais, terá grandes dificuldades em destinar os recursos necessários ao aparelhamento da polícia, ainda que haja grande sensibilidade por parte dos governantes ou se torne inadiável a solução das questões ligadas à Segurança Pública.

Por conseguinte, a polícia, em sua constituição física e psíquica, em suas potencialidades e limitações, reflete a sociedade, em função do seu grau de desenvolvimento e de suas condições morais e materiais. A sabedoria popular afirma que o povo tem a polícia que merece.

Essa "dependência" (ou "correlação") não pode ser motivo para o imobilismo, a inação. Ao contrário! O constante aperfeiçoamento, a sensibilidade aos anseios do organismo social, devem ser preocupação constante. Se há um setor público que deve conjugar o próprio desenvolvimento com o da sociedade, esse é o policial.

Mais ainda, se possível, deve estar um passo à frente daquele, visando à familiarização antecipada.

III — SOCIEDADE E MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

"Tranqüilize-se que eu, da minha parte, estou tranqüilo."

Alexandre Herculano

Lamentavelmente, porém, dada a velocidade das transformações que hoje se operam, devido ao avanço tecnológico presente em todas as áreas do existir humano, é de se constatar que, a partir de determinado momento, as corporações policiais, cujas transformações dependem de mudanças no ordenamento jurídico e nas quais já há naturalmente um espírito mais conservador, revelam relativo atraso com relação ao desenvolvimento global da sociedade.

Penso que isso intensificou-se há alguns anos, quando, resultante da política de desenvolvimento imposta pelo Regime de 64, a sociedade se viu com uma rede de telecomunicações sofisticada, contando, inclusive, com a comunicação espacial via satélite, com um incremento inusitado dos meios de comunicação de massa, que passaram a ter influência decisiva, inusitada e avassaladora, na vida do brasileiro.

Comunidades distantes, perdidas na vastidão continental do nosso país, de repente se ligaram nas revistas, rádio, televisão e jornal, oriundas da capital do consumo, São Paulo, e outros centros, vivendo o clima imperante nessas matrizes.

Os velhos hábitos sociais, religiosos e até políticos foram sendo arquivados e uma nova linguagem, a do consumo, foi substituindo a fala mole e arrastada do caboclo, que, agora já freqüenta Mobral, usa “*presto-barba*” para aparar os bigodes e a costeleta e pensa até em comprar uma televisão a cores.

E como andam o som e a imagem!

Os próprios índios do Xingu caminham pelas selvas virgens do Eldorado amazonense com o pequeno rádio de pilhas grudado aos ouvidos, curtindo os “Paralamas do Sucesso” ou “RPM”. Qualquer antropólogo, menos arguto, intuiria que entre o Xingu e São Paulo existe, nada mais, nada menos, que quinhentos anos de história. E nós perguntamos: o que é que os aproxima? Qual o elo de ligação entre culturas tão distanciadas no tempo?

Só pode ser o rádio — um dos meios de comunicação de massa, surgido nos fins do século passado e personagem central da Primeira Guerra Mundial, que seria copiado, em suas façanhas, anos mais tarde, pela televisão, raiz da Segunda Guerra também Mundial.

Muito se tem escrito, muito se escreverá ainda, sobre essas duas invenções do nosso século, que, juntamente, com o cinema, jornal, a revista e o livro, constituem os chamados Meios de Comunicação de Massa (MCM), nossos companheiros inseparáveis, nossos conselheiros, nossos deuses e senhores.

Avalia-se o estágio de desenvolvimento de um povo pelo conteúdo das mensagens que os seus meios de comunicação de massa veiculam e pela tiragem ou audiência, “*feed-back*” de sua aceitação e penetração.

Não se sabe o que seria da indústria sem a extensa ramificação dos meios de comunicação coletivos, a difundir as mensagens comerciais e a persuadir compradores nos mais escondidos e acanhados lares desse planeta.

Tais mensagens, quase sempre, vão encontrar, ali, um homem simpório, de boa fé, afeito aos padrões de sua própria cultura, calcado na lealdade e na verdade, que não suspeita nem desconfia dos numerosos artificios impiedosos do apelo consumista. Surgem, então, em sua mente, falsas necessidades. E na hierarquia dos bens de consumo, os supérfluos exercem maior encantamento. Ter, adquirir, comprar, são verbos — símbolo da obsessão consumista, definitivamente instalada nos recessos de sua casa interior.

As excelências da televisão e do rádio, a imagem e o som voando na velocidade da luz, são decantadas em prosa e em verso. Um dos seus mais ardorosos defensores, Defleur, alinha como pontos positivos dos meios de comunicação de massa:

- 1) põem a nu o pecado e a corrupção;
- 2) são guardiães da liberdade de expressão;

3) proporcionam pelo menos alguma cultura a milhões de pessoas pela primeira vez;

4) proporcionam divertimento diário inofensivo às massas cansadas que compõem a força de trabalho;

5) informam-nos sobre o que está acontecendo no mundo;

6) fazem com que o nosso padrão de vida melhore, com sua insistência na compra e consumo de produtos, estimulando nossa instituição econômica.

White, outro entusiasta, acredita que os aspectos positivos dos meios de comunicação superam os seus pontos negativos, circunscritos quase que a alguns aspectos banais, grotescos e desumanos, sem quaisquer outras implicações.

Na verdade, assevera aquele estudioso, "graças aos MCM, o homem médio pode dispor de uma riqueza cultural que em nenhuma época anterior foi posta a seu alcance".

A avaliação da atuação dos MCM no Brasil, posto que ainda cedo, vem também com as cores alegres do otimismo.

Alguns, como Wagley, coloca os MCM como carro-chefe do nosso desenvolvimento econômico e social "simultaneamente consequência e causa" do progresso. Ainda, para Wagley, apesar das contradições e disparidades regionais de nosso desenvolvimento, o que mais impressiona é o crescimento de materiais impressos, a penetração do rádio, a expansão da rede televisiva, característica fundamental do Brasil contemporâneo.

Há, ainda, os que lembram os efeitos dos MCM na alfabetização, o Projeto Minerva e o Telecurso que abriram às camadas mais numerosas e esquecidas de nossa sociedade os umbrais da mansão do saber.

Se no sentido positivo ou se no negativo — parece-nos irrelevante no momento — o certo é que os MCM afetam profundamente a vida social onde se instalam, obrigando instituições, entidades, governo e tudo mais que exista no universo social, a mudanças de atitudes, a adaptações e, paradoxalmente, a utilizar-se deles de alguma forma, seja para defesa, seja para veicular suas próprias mensagens.

IV — POLÍCIA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

Antes tarde do que nunca...

Instituições, como a polícia, que prestam ao público serviços essenciais, segurança individual e comunitária, não podem ignorar essa realidade, sob pena de verem neutralizados seus esforços para prestar ao público os seus melhores serviços.

A polícia não existe no vácuo.

Ao contrário! Suas atividades se desenvolvem num cenário determinado, temporal e espacialmente definido.

Dá a necessidade de um amplo e profundo conhecimento, por parte da população, do alcance, das limitações, dos condicionantes visíveis e invisíveis da ação policial, através dos MCM que, a par de se constituírem em veículos de educação, seriam difusores de informações policiais de interesse público.

A presença dos MCM, quer queiramos, quer não, é algo que devemos considerar no planejamento de nossas ações. Sendo elemento estranho à instituição, os MCM acendem acalorados debates sobre o seu convívio com a polícia ou com os assuntos a ela ligados, como o crime e a violência.

Estudos recentemente realizados evidenciaram que a instituição policial não pode ser abordada em si mesma e do ponto de vista dos resultados que obtém na prevenção e eventual repressão criminal.

Não basta focar a missão, a estrutura organizacional, o dispositivo operacional ou o conceito de operações, sem embargo de sua enorme importância.

Há fatores condicionantes da ação policial que se situam fora do âmbito da instituição e que se revelam tão importantes quanto qualquer dos elementos da ação policial.

Ou seja: o produto final da atividade policial-militar, a segurança individual e a comunitária, só é obtido através da combinação de dois elementos básicos:

- a) Elemento subjetivo, que se define como crença na ausência de risco;
- b) Elemento objetivo, que é a ausência de risco.

O elemento subjetivo da segurança está em função do grau de confiabilidade da população, resultante de nossa capacidade de preencher necessidades, imediatas e mediatas, e de uma vigorosa política de Assuntos Cíveis, englobando as Relações Públicas, as Ações Comunitárias e a Comunicação Social.

Influenciam diretamente na confiabilidade da população:

- a) Notícias de crime, exploração sensacionalista da violência, en-deusamento dos bandidos, etc;
- b) Artigos, comentários, notícias parciais enfocando aspectos negativos do organismo policial;
- c) Ineficiência e a ineficácia da atividade policial-militar no pre-enchimento das necessidades comunitárias;

d) Falta de compreensão, por parte do público externo, da verdadeira função da polícia, de seu papel social, do valor da instituição, de seu passado e, no presente, de suas principais metas para consecução dos objetivos sociais.

O elemento objetivo decorre do grau de operacionalidade, resultante da ação de presença da PM, atuando preventiva e ou repressivamente com predominância para aquela:

— preventivamente, inibindo vontade ou obstaculizando oportunidades;

— repressivamente, coibindo (dissuadindo ou determinando cessar) ou prendendo.

A preocupação fundamental da Corporação, até alguns anos atrás, se dirigia, quase que exclusivamente, ao elemento objetivo, com resultados sempre aquém dos esperados. A ausência de risco, por mais efetiva que fosse, era insuficiente para a instauração do verdadeiro ambiente de segurança. Aventou-se, então, a hipótese da existência de condicionantes externos que, afetando a credibilidade pública da Corporação, impediam a instauração do ambiente de segurança pretendido.

V — A SÍNDROME

*“Mais vale a lágrima derramada por não ter vencido
que a lágrima derramada por não ter lutado”.*

Levantada a necessidade de serem isolados esses condicionantes para se conhecer a intimidade de seus mecanismos, foram constituídas as Teorias PM, visando identificar:

— desvios de informação sobre a atividade policial que invariavelmente conduzem a julgamentos incorretamente adversos;

— desvios de finalidade que conduzem a julgamentos corretos, ainda que adversos.

A “Síndrome da Violência Urbana”, objeto de nosso estudo, é uma das Teorias/PM.

O nome com que foi batizada essa teoria pode causar estranheza. Síndrome não é uma palavra de uso corrente e, além disso, é uma proparoxitona, tipo de vocábulo que causa certa aversão por ser de difícil pronúncia.

Entretanto, as palavras costumam participar do destino dos homens. Há vocábulos que se associam a certas ocorrências da vida social, a certas circunstâncias, adquirem personalidade própria, passam a ser moda.

Há algum tempo, o filme intitulado "Síndrome da China" concorreu para que a palavra síndrome alcançasse alguma popularidade, mesmo envolta em aspecto místico, ou semelhante a medo, pavor.

Os filmes têm o seu "pic" de público. Depois, caem no esquecimento.

Mas a palavra "síndrome" parece levar sorte ou maldição. É que, há cerca de dois anos, o vocábulo varreu o mundo de ponta a ponta, encabeçando o nome de um estado mórbido, chamado "*Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida*" ou AIDS.

Síndrome porque conjunto de sinais e sintomas que denotam inexistência de defesa orgânica. AIDS, portanto, não era uma doença. É ausência de anti-corpos, estado em que o organismo fica impossibilitado de combater agentes etiológicos das várias enfermidades. Sem defesa, uma simples gripe pode ser fatal ao portador da AIDS.

Síndrome, portanto, volta ao vocabulário popular. Acredito que muitos foram aqueles que, a esta altura, já se socorreram do Mestre Aurélio, na tentativa de conhecer o significado dessa palavra. Mas, mesmo assim, percorrendo caminho idêntico, consultamos vários dicionários, com a preocupação de estabelecer comparação entre as várias acepções do termo.

"Síndrome ou síndrome — reunião de sinais que envolvem em conjunto, provocados por um mesmo mecanismo, dependentes de causas diversas".

"Síndrome. (Do Gr Syndromé, "concurso") S.f. Med. conjunto de sintomas ligados a uma entidade mórbida e que constitui o quadro geral de uma doença: "Empresta dimensões de síndromes terríveis à mais ligeira manifestação de azia ou acidez estomacal" (Fernando Sabino, O Homem Nu, pág. 34) (Var.: Síndroma) Síndrome de Adams-Stokes Med. A que se caracteriza por pulso lento, síncope e convulsões pseudo-epiléticos. Síndrome de Cusling. Med. A que produz adiposidade no rosto, pescoço e tronco, associada à descalcificação óssea e hipertensão sangüínea. Síndrome Geral de Adaptação Med. Denominação dada pelo fisiologista austríaco Hans Selye (1907) às reações orgânicas inespecíficas em resposta ao traumatismo e ao "Stress". Síndrome de Menière. Med. A que se manifesta por vertigem, náusea, vômitos, zumbidos e acidez progressiva".

(Novo Dicionário Aurélio, Nova Fronteira, 1.^ª Edição).

"Síndrome, S.f. (grego síndrome) 1. Conjunto de sintomas que se apresentam numa doença e que a caracterizam. 2. Grupo de coisas

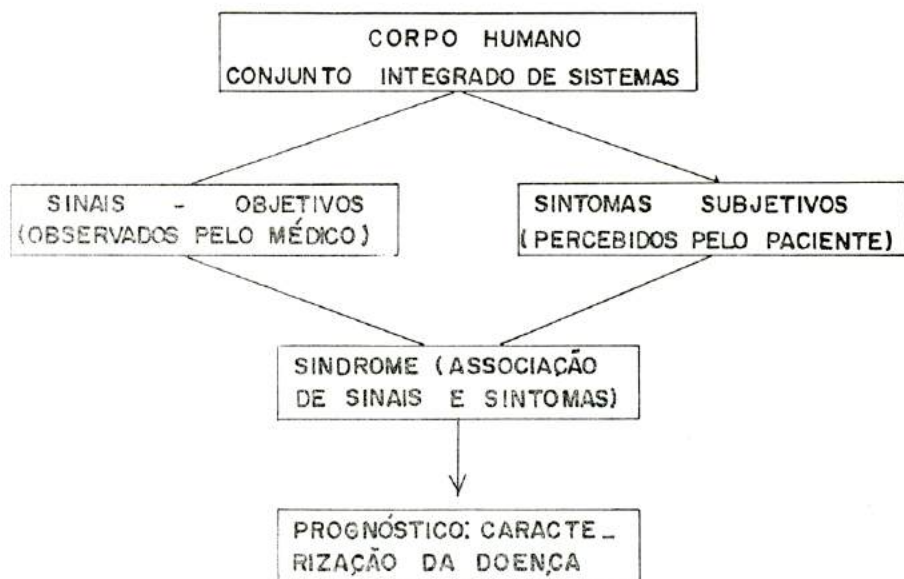
concorrentes; 3. Concorrência de condições e resultados; síndrome social, econômica, política; conjuntura”.

(Novo Dicionário Brasileiro, ilustrado. Edições Melhoramentos, 1963).

Macbride e Blacklow na obra intitulada “*Sinais e Sintomas*”, depois de fazerem a distinção entre sintomas (“*a rigor os sintomas são subjetivos, percebidos apenas pela pessoa doente*”), e sinais (“*observados por outros e, em alguns casos, pelo próprio paciente*”), assinalam que o médico, através de entrevista, faz um levantamento de sinais e sintomas e, associando-os em síndromes, procura determinar a doença, fundamentado no fato de que “*certas perturbações na fisiologia são caracterizadas pela associação de dois ou mais sintomas*”.

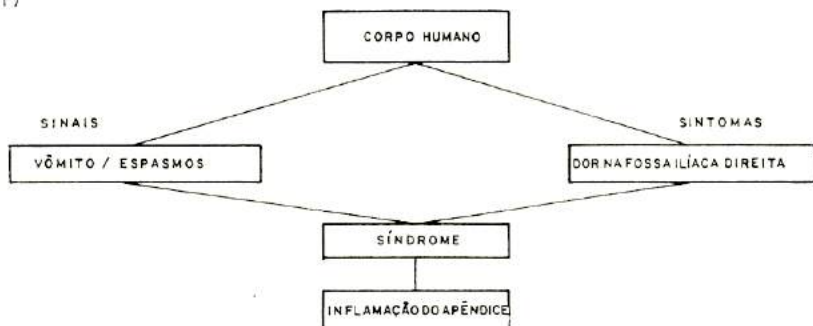
A seguir, exemplificam: “é útil saber que uma convulsão foi precedida por espasmo carpopedioso, porque sugere hipocalcemia, ao passo que a convulsão precedida por fome e sudorese sugere hipoglicemia. Da mesma maneira, o vômito acompanhado de dor na região da fossa ilíaca direita e espasmo muscular indicará apendicite, enquanto que o que é seguido por cefaléia e diminuição da acuidade visual leva à suspeita de hipertensão intracraniana”.

Esquematisando essas noções, temos:

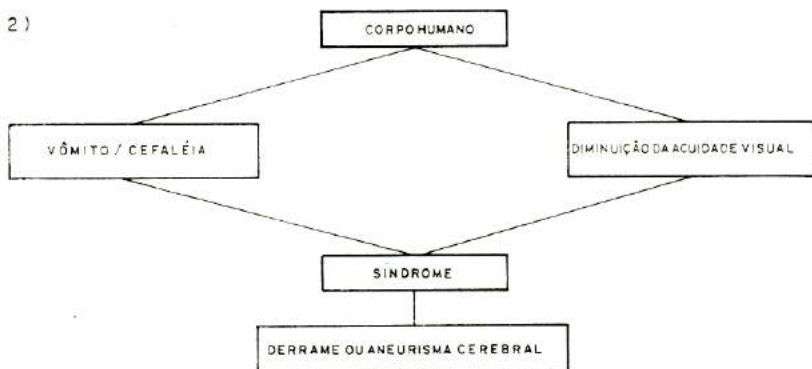


EXEMPLOS:

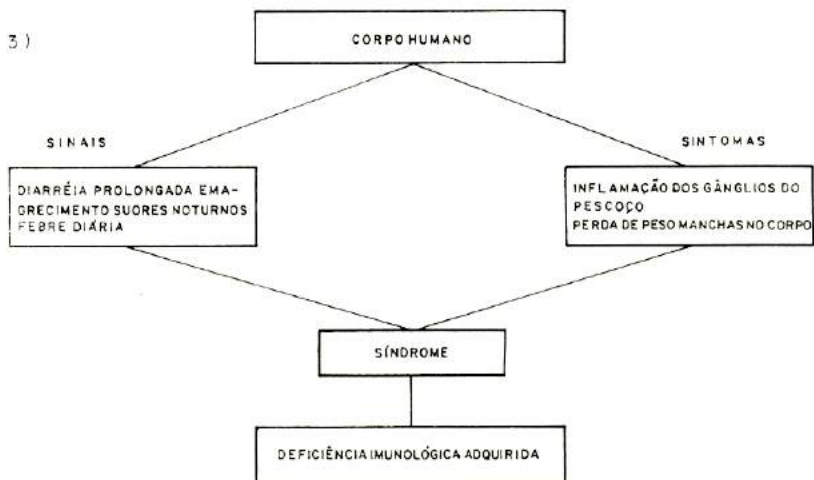
1)



2)



3)



“Síndrome” pode ser definida por “Conjunto de sinais e sintomas de um estado mórbido”.

Vimos que o médico, para formular um diagnóstico, reúne sinais e sintomas que o ajudam a caracterizar uma doença. O mesmo comportamento pode ser adotado quando se trata de examinar a sociedade.

Os primeiros sociólogos, particularmente Spencer, na procura de leis relativas à estrutura e funcionamento do agregado humano, se utilizaram largamente da analogia entre sociedade e organismo humano.

A principal semelhança se refere ao fato de, tanto a sociedade como o corpo humano, serem um conjunto de sistemas integrados, funcionando harmonicamente.

Sistema nervoso, sistema respiratório, sistema circulatório, sistema imunológico, estão em estreita colaboração garantindo a manutenção da vida.

Na sociedade ocorre o mesmo: sistema de segurança, sistema religioso, sistema moral, devem funcionar harmonicamente, possibilitando o coexistir coletivo.

Não há sistema mais importante que o outro. Todos são imprescindíveis e necessários. Quando um se danifica, prejudica o funcionamento de todo. Um sistema imunológico deficiente poderá acarretar colapso de todos os outros sistemas.

Devido a esta interligação e inter-relacionamento de sistemas, muitas vezes, é difícil estabelecer o que é causa e o que é efeito. Há sinais e sintomas do mau funcionamento de algo. No corpo humano, porém, as dificuldades nesse sentido não são tão grandes como na caracterização de estados mórbidos da sociedade. Detectamos sinais e sintomas, mas não há meios de definir se a causa reside nesse ou naquele órgão.

VI — VIOLENCIA URBANA

A violência sempre existiu. Daí não devemos concluir que ela é inevitável ou faz parte da natureza do homem. Devemos, sim, nos perguntar se a razão humana já foi empregada, não para estimular, mas para vencer a violência. Se a violência vencer a razão, a humanidade está destruída.

Luama Meisan

Sabe-se que a sociedade brasileira vem sendo afetada por índices elevados de criminalidade e violência, acima dos limites toleráveis. Pesquisas recentes revelaram que o item “Segurança” constitui uma das prioridades do povo brasileiro. A Nova República, sensível a esse problema,

inseriu o combate à violência entre as suas metas fundamentais. Está em curso o "*Mutirão Contra a Violência*", destinado a mobilizar todos os setores da sociedade para a erradicação desse problema que, segundo palavras do próprio Presidente Sarney, vem "*desfigurando o Brasil, corroendo nosso estilo de vida, ameaçando a fisionomia de uma Pátria de irmãos*".

É difícil encontrar uma causa determinada para este estado mórbido. O procedimento típico da ciência natural não funciona plenamente quando se trata de problema da ciência social, onde pululam inúmeros e heterogêneos fatores subjetivos.

Entretanto, para abordarmos o fenômeno da violência, recorreremos ao modelo biológico, por ser o que mais se aproxima do modelo social.

A sociedade apresenta uma série de sinais e sintomas que associados formam a "*Síndrome da Violência Urbana*". Todos esses indícios estão relacionados com o estado mórbido, embora nenhum em particular possa ser apontado como causa da violência urbana.

As nossas megalópoles são os cenários privilegiados da Violência Urbana.

Oriunda da raiz latina "*vis*", igual força, violência, sem adjetivos, significa:

1. Violência, S.f. (lat. violentia) Estado daquilo que é violento, a violência dos ventos, das paixões. Ato violento. Ato de violentar. Força de que se faz uso contra o direito, contra a lei. Empregar a violência. Jr. Constrangimento exercido sobre uma pessoa para obrigar a fazer ou a deixar de fazer um ato qualquer! Coação.

2. Violência, S.f. 1. Qualidade de violento. 2. Qualidade do que atua com força ou grande impulso; força, ímpeto, impetuosidade. 3. Ação violenta. 4. Opressão, tirania. 5. Intensidade. 6. Veemência. 7. Irascibilidade. 8. Qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa ou coisa. 9. Dir. Constrangimento, físico ou moral, exercido sobre alguma pessoa, para obrigá-la a submeter-se à vontade de outrem; coação.

(Laudelino Freire)

3. Violência:

"Tomada única e exclusivamente sob a forma de conceito puro, a violência é o sumo grau de energia no qual a força opera com grande impulso; coação".

— "Utilização ilegítima e ilegal da força";

— "Uso da força contra a regra, lei e direito";

— “Utilização voluntária da força para agredir uma pessoa ou a propriedade de terceiros, desafiando a lei e o direito”.

(Violência e Comunicação de Massa,
ADESG/GP/3/81)

Em seu conceito puro, a violência tem um emprego restrito. O seu uso mais freqüente é a forma adjetivada. Fala-se em violência moral, violência física, violência rural, violência ecológica, violência ideológica, violência urbana. Quando se quer evidenciar o sujeito ativo ou passivo, fala-se em violência do homem, da sociedade, e do Estado e da tecnologia contra o homem.

Nesse estudo interessa-nos uma de suas formas adjetivadas, a Violência Urbana.

Tal expressão é nova.

Seu aparecimento coincide com a consolidação dos MCM e a crise econômica, instalada a partir da segunda metade da década de 70.

Quer significar os elevados índices de criminalidade e de violência das principais metrópoles brasileiras, onde se manifestam, com mais intensidade, graves problemas sociais.

Seria a violência patrocinada pelas “populações marginalizadas ou periféricas dos grandes centros urbanos, fruto das correntes migratórias que fluem do interior, especialmente, para as grandes cidades”. Não sendo possível a esses centros fornecerem empregos, espaço físico, moradias condignas e, é importante salientar, investimentos sociais de base, a um número sempre crescente das ditas populações, persiste em escala crescente, principalmente, a fome e a proliferação de bolsões de vícios, onde têm livre tráfego, os tóxicos, jogo e onde impera a promiscuidade, a prostituição, o crime e a violência. Como conseqüência lógica desse submundo estrutural e conjuntural, tem-se como resultado último as agressões em via pública, os assaltos, estupros, homicídios e outros.

VII — A SINDROME DA VIOLÊNCIA URBANA

“Quem conhece nunca é manipulado.”

“Conhece-te a ti mesmo.”

Sócrates

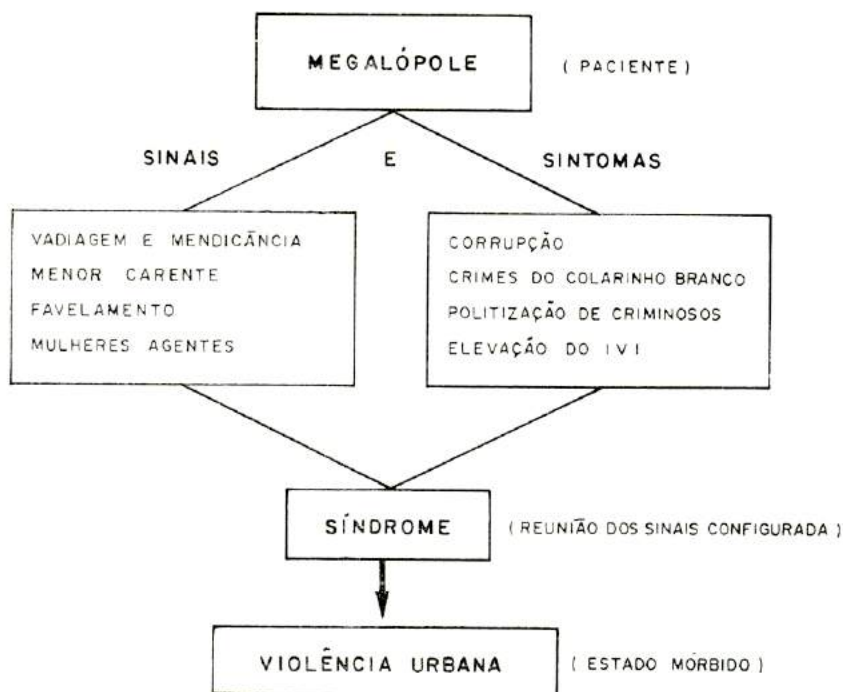
Para a Polícia Militar, a Violência Urbana é a nova roupagem da velha questão criminal.

Mudando-se a sociedade, mudou-se o perfil do criminoso, a qualidade dos crimes e a sua freqüência.

E a Síndrome emergiu, dentre outros, com:

- Menor carente, abandonado e, finalmente, delinqüente;
- Vadiagem e mendicância;
- Favelamento;
- Corrupção e crimes do colarinho branco;
- Elevação do índice de violência;
- Participação de mulheres como agentes, não apenas vítimas;
- Politização de criminosos;
- Crime organizado.

Do que foi dito, podemos, por analogia com o modelo biológico, estabelecer o seguinte diagrama:



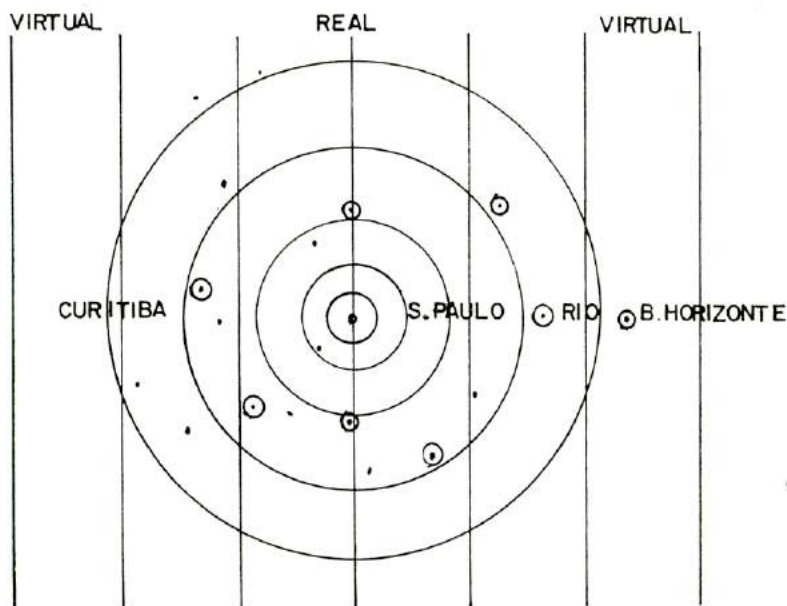
Decorrem de situações-cause ou, não o sendo comprovadamente, pelo menos não podem ser dissociados do fenômeno da violência urbana:

- 1) Migração interna;
- 2) Desemprego e subemprego;
- 3) Crescimento populacional;
- 4) Proliferação do uso e tráfico de entorpecentes;
- 5) Superpopulação em grandes centros;

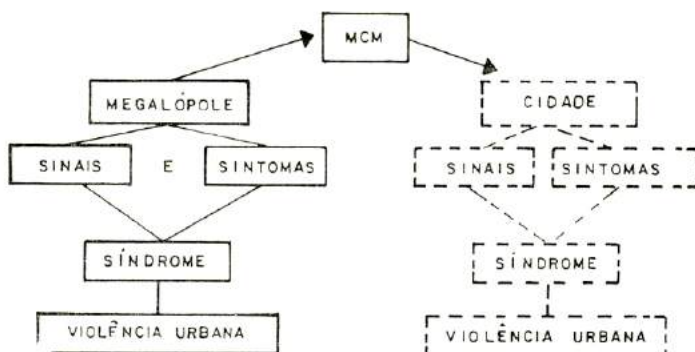
- 6) Inversão de valores;
- 7) Analfabetismo;
- 8) Facilidade do cidadão em se armar;
- 9) A não aplicação da lei das contravenções penais;
- 10) Deficiência das instituições policiais e do Poder Judiciário;
- 11) Falhas no Sistema Prisional;
- 12) Excesso de indulgência;
- 13) Crise de autoridade e de responsabilidade.

O estudo dessa Síndrome tem interesse para as instituições policiais porque, espelhando a realidade local, os MCM refletem o conjunto de sinais e sintomas, a Síndrome. "A expansão dos meios de comunicação social transporta a imagem e o fato às mais longínquas regiões, na velocidade da luz, espalhando a notícia de crime com a mesma eficácia com que veicula mensagens comerciais. Problema específico das megalópoles e, por vezes, de cidades de porte médio, a "Síndrome da Violência Urbana" é transportada indistintamente para os pontos mais distantes e longínquos do território nacional, que passam a viver, solidariamente, o mesmo clima de insegurança vivido pelos grandes centros".

A imagem real, à medida que se distancia do universo ao qual se aplica, vai se tornando virtual, sem perder, contudo, o seu poder característico de persuasão indubitavelmente, uma das maiores virtudes dos MCM e, paradoxalmente, o seu maior perigo.



Associado à massividade dos MCM (“as mensagens são rapidamente transmitidas ou multiplicadas, como cópias idênticas da mensagem original, têm caráter público e são imediatamente consumidas, não por elites ou pequenos grupos de pessoas, mas por vastas audiências desconhecidas, heterogêneas, que, não raro, ultrapassam os limites nacionais e até os continentais”), o seu poder de persuasão cria uma comunidade de sentimentos e emoções, com uma série de conseqüências para a ação policial-militar, cuja eficácia é condicionada pelo clima imperante na sociedade.



Os MCM criam, nas áreas por onde se expandem, a “ilusão de isotopia” (iso = igual; topia = lugar), isto é, a sensação de nos situarmos no ambiente ou no contexto, onde é produzida ou para o qual é produzida a mensagem.

Muitas vezes, o próprio comunicador procura criar essa ilusão, utilizando-se da polissemia (poli = muitos; semia = significados) da linguagem.

Recentemente, o Diário da Tarde estampou em sua primeira página a manchete “Assaltam Banco e fogem no carro da PM”. No entanto, abrindo-se o jornal, na seção policial, a notícia se referia a fato ocorrido no Rio de Janeiro. — A divulgação da ocorrência em Minas Gerais não tinha nenhuma justificativa, a não ser a vendagem do jornal ou a intenção de manter o clima de insegurança, mister a que se dedicam alguns poucos profissionais não conscientes de seu grandioso papel de formadores e informadores da opinião pública.

As pessoas que leram a manchete — e o número desses é bem maior que o número dos que lêem a notícia — tiveram, certamente, aumentada a sua sensação de desproteção e minada a sua crença nos organismos policiais, em nítida desvantagem com relação a bandidos, que, não satisfeitos em assaltar, ainda fogem no carro da instituição encarregada de reprimi-los e de proteger a sociedade. Combinando ilusão de isotopia e polissemia, conseguiram fazer brotar ou aumentar o medo, a sensação de estar à mercê,

de ser a próxima vítima, em paralelo ao descrédito na defesa local pela ridicularização sutil, pretensiosamente inteligente mas, com certeza, danosa à sociedade.

Sem dúvida, a matéria-prima da comunicação é a palavra, falada ou escrita. Sua importância supera a da imagem, que só adquire vida se acompanhada do "áudio".

Um comunicador que não saiba manejar convenientemente esse instrumento provocará grandes danos à sociedade.

O cuidado com o uso da palavra no seu contexto, evitando-se a distorção de significado, nem sempre é preocupação de alguns comunicadores que se preocupam com o caráter vendável da notícia, o lado ruim e trágico, o efeito catártico da manchete.

Sabe-se, entretanto, que esse acerto entre palavras e contexto é fundamental.

Tomemos, como exemplo, a palavra solar. Que significa "solar"? A resposta só pode ser dada, se inserirmos tal vocábulo num determinado contexto. Só assim podemos dizer, com certeza o que significa.

"O solar (casa) dos Neves em São João del-Rei" não se confunde com o "raio solar (do sol)", nem com o "solar" (porta) de uma casa ou com o "solar" (colocar sola) do sapateiro e o "solar" (executar um solo) do músico.

Essa polissemia é utilizada em larga escala pela imprensa, seja com o fim de provocar a curiosidade ou tornar uma notícia banal mais atraente ou, ainda, para criar a "ilusão de isotopia", que, à falta de matéria local mais vendável, ajuda a vender notícias de outros centros.

Além da presença dos MCM, a sociedade de consumo se caracteriza pela disputa de mercado. A capacidade de produção de bens e serviços, dado o emprego de avançadas tecnologias, cresceu em dimensões tais que a produção, para maioria dos países industrializados, já não constitui preocupação. A distribuição de bens e serviços é que constitui, hoje, principal problema de órgãos, instituições, empresas, entidades, que precisam vender seus produtos, fazer com que sejam consumidos, persuadir o público a adquiri-los.

As instituições policiais são vistas como empresas que precisam também vender o seu artigo: segurança. A produção de segurança já não é problema. As polícias, particularmente as militares, dispõem de recursos humanos altamente qualificados e treinados, verdadeiras máquinas da produção de segurança. E produzem artigos de primeira qualidade, o que representa um importante e decisivo passo, porque a qualidade do produto é a sua melhor propaganda. Quando um objeto tem mais defeitos que virtudes, não há publicidade que o faça vender.

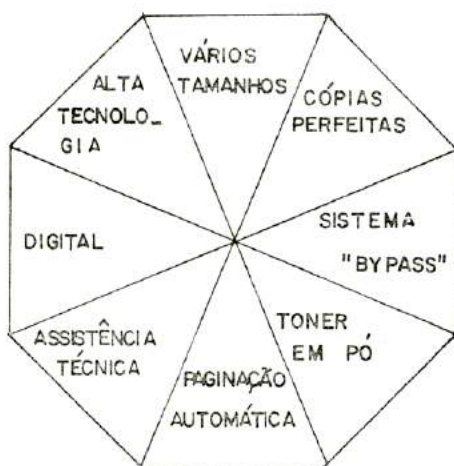
Uma distribuição eficaz depende, basicamente, da aceitação pública da mercadoria, isto é, da confiança do consumidor na sua qualidade; da sua persuasão de que tal produto é superior àquele outro, da manutenção de uma imagem positiva do objeto a ser consumido e da captação da opinião pública favorável.

Para alcançar estes objetivos, as empresas se utilizam amplamente dos MCM, através da propaganda.

Analisa o artigo, suas vantagens e desvantagens com relação aos produtos dos competidores e formulam uma determinada imagem, fundada, sobretudo, nas vantagens do produto.

A "imagem publicitária", quase sempre acompanhada de sua imagem real, se forma, à maneira de um mosaico de idéias e sugestões, que são passadas à mente do consumidor, pela repetição continuada nos MCM.

A simples leitura de um anúncio, dada a apurada técnica de comunicação ali utilizada, é suficiente para a formação da imagem pretendida.



As massas estão condicionadas a reconhecer bons serviços através de suas imagens publicitárias, não só avaliando o mosaico de idéias e sugestões, mas também formando opinião a respeito, decidindo ou não pelo consumo. Isso ocorre com relação a toda e qualquer instituição ou entidade, inclusive, as de prestação de serviço público.

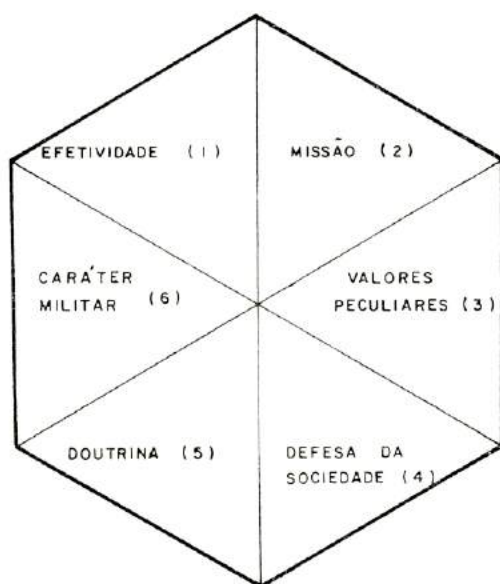
No caso de uma instituição policial, ainda que não faça qualquer tipo de propaganda, o público tenderá a formar imagem semelhante à publicitária.

Se o organismo policial, valendo-se de técnicas apropriadas, cuidar de sua imagem pública, haverá um mínimo de distorções. Caso contrário, ficará à mercê do acaso, presa fácil de profissionais da insegurança.

A Polícia Militar tem um permanente cuidado com a sua aceitação pelo público, estimulando a confiança da população em sua eficiência e capacidade de servir, fortalecendo o seu prestígio.

O ambiente de segurança, já o dissemos em outra oportunidade, só, se obtém pela combinação do aspecto objetivo (crença de ausência de risco) e do aspecto subjetivo (ausência de risco).

Embora jamais tenha sido feita qualquer pesquisa no sentido de aferir a receptividade pública de nossa Corporação, acreditamos que, pelo ideário permanentemente veiculado por nossos órgãos de comunicação social (PM5), a imagem seria um hexágono, que poderia chamar-se eidético, relativo à essência, ao que ela é na realidade, relativo à idéia, conceito), com as seguintes idéias e sugestões:



HEXÁGONO EIDÉTICO DA PMMG

(1) Efetividade: Busca permanente da eficácia dentro da destinação social constitucional;

(2) Missão: Manutenção da Ordem Pública, objetivando a conveniência harmoniosa e pacífica;

(3) Valores peculiares: pedagogia, juridicidade, técnica e ética específicas (por ex. o juramento do sacrifício da própria vida);

(4) Defesa da comunidade: através proteção (predominantemente), socorro e recondução à normalidade da ordem pública;

(5) Doutrina: conjunto de princípios permanentes que servem de base à atividade policial-militar, em toda a sua amplitude;

(6) Caráter Militar: assim como existem professor-militar, padre-militar, médico-militar, existe o policial-militar. Militar no sentido de classe e não de atividade bélica, guerreira.

A Polícia Militar de Minas Gerais é, reconhecidamente, uma instituição prestante, operosa, profissional. No ambiente sócio-político sempre teve destacada atuação e, particularmente, a tem aumentada nos dias de hoje, quando a necessidade básica de segurança vem constituindo-se em prioridade nas comunidades.

Integrada na comunidade mineira, vem procurando aperfeiçoar esta integração, alicerçando suas atividades em elevado espírito público.

Desempenha sua missão com serenidade, urbanidade e responsabilidade, exatamente no desaguadouro de ansiedade e tensões consciente de que se encontra no vértice de causas e efeitos da criminalidade (particularmente a violenta).

A Corporação praticamente superou a fase adversa de desinformação, com muito trabalho, sem polemizar. Tem aperfeiçoado permanentemente sua estrutura organizacional, tornando-a mais ágil, mais leve. Fez evoluir os meios, contando com a sensibilidade do Governo e das comunidades. Dispõe de recursos humanos treinados e aptos ao exercício de missão. Com isto, a Corporação alcançou elevado conceito, sendo considerada uma das melhores polícias do Brasil e *"verdadeiro patrimônio do povo mineiro"*, expressão usada por parlamentares mineiros e que hoje sintetiza o nosso hexágono eidético.

A síndrome da violência urbana enseja a proliferação de reportagens, editoriais, livros, estudos, teses sobre a criminalidade e a violência. Eis, aqui, uma visão panorâmica dos variados tons e matizes com que o assunto é abordado nesses veículos de CM:

"A cada vinte minutos, uma pessoa é roubada no Rio de Janeiro. Em São Paulo, a situação não é melhor: um roubo a cada quinze minutos, nos primeiros meses de 1984. Em Porto Alegre, no mesmo período ocorreram 81 homicídios, 1.500 furtos e quinze assaltos por semana a motoristas de táxi. Em São Paulo, em 1983, os números foram aterradores: dois mil assassinatos, seiscentas agências de banco assaltadas, mais de cem mil assaltos a mão armada, 88 mil casos de roubo..."

“Como não ter medo? Cada um de nós ou de nossos amigos já foi atingido por esta violência que transformou as cidades brasileiras em autênticos barris de pólvora prestes a explodir, em verdadeiras fortalezas de muros, gradis e guaritas, ameaçadas permanentemente pelo ataque de um exército inimigo. A ameaça já se incorporou ao nosso cotidiano, condicionou nossos hábitos de viver, conviver, trabalhar, passear e nos tornou vítimas permanentes de um perigo cada vez mais próximo, mais real”.

(Cecília Pires, “A Violência no Brasil”, Editora Moderna, 1985)

“O dono de uma casa, ao atender a campainha, levou um tiro no peito. Passageiros, motoristas e cobradores de ônibus no Rio são assaltados, roubados e assassinados quase todos os dias. Se você, leitor, de qualquer cidade deste país, sair andando por perto de sua residência ou de seu escritório, tome cuidado porque algo parecido lhe pode ocorrer”.

(Henry Maksoud — Visão, 21 de novembro de 1983)

Há uma tendência em ser divulgada a Síndrome da Violência Urbana e não uma análise de causas; divulga-se o que está acontecendo e não o que é favorável acontecer, sob a ótica do prevenir, preparar. O universo do que “pode” é infinitamente mais indefinido do que o “é provável”.

Diante desse quadro, o leitor, o telespectador, o ouvinte, sob efeito da “ilusão de isotopia”, sem procurar saber o contexto-origem da notícia, é induzido a perguntar:

Onde está a Polícia?

Que faz?

Por que não consegue conter ou evitar esse estado de coisas?

Outros, ousam arriscar algumas colocações, como:

- A PM é autoritária;
- A Polícia é despreparada;
- A Polícia não deve ser militar;
- A Polícia não está cumprindo sua missão;
- Não deve haver duas polícias, etc.
- A Polícia é corrupta!
- As ruas estão despolicizadas!

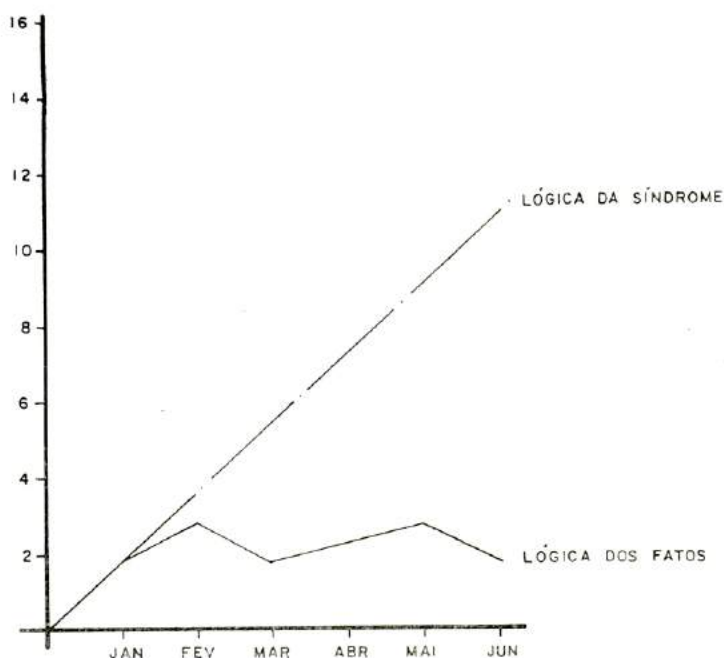
Em outras palavras, a Síndrome começa a gerar uma instabilidade na imagem da Corporação, que, por sua vez, é levada, com base nas colocações honestas e procedentes:

(1) a constatar desvios e promover sua correção, aprimorando estruturas que eventualmente não estejam satisfazendo; ou

(2) a recompor a imagem, através do esclarecimento e informação da opinião pública, tarefa do setor de comunicação social da PM, com fim de dissipar colocações das quais algumas são inteiramente procedentes, e outras, felizmente a maioria, são falsas, refletem interesses subalternos, baseiam-se em estereótipos e preconceitos.

De qualquer forma, todo aquele questionamento é indício de que está havendo prejuízo para a imagem da instituição perante o público. Na mente do consumidor de segurança, o hexágono eidético está entrando num processo de deterioração.

É preciso, a todo custo, impedir que o cidadão passe a acreditar na lógica da Síndrome (segundo a qual a violência estaria em descontrolado ascenso) e coloque-se na situação de próxima vítima, desprotegida e exposta à ação de marginais que a instituição policial não conseguiria conter. O setor de comunicação social da PM deve mostrar que a lógica dos fatos não coincide com a lógica da síndrome e que esse estado de coisas tem conseqüência danosas para o próprio profissional da insegurança, que poderá ser atingido pelo clima de alarme e descrédito que ajuda criar. Nada mais estimulante para o delinqüente que a certeza de que a instituição que lhe dá combate não tem a confiança e a simpatia do público.



Assim, o fenômeno da violência urbana, em Belo Horizonte, começou a apresentar contornos preocupantes em 1978, quando seu índice superou em 73,1% aquele anotado no ano anterior. Naquele ano, estudos elaborados indicaram a conveniência de se criar o índice da Violência, separando-o do índice de Criminalidade, porque este, não obstante muito citado, tem para nossa Corporação grau de importância inferior àquele, uma vez que a categoria crime é genérica e abrange uma vasta gama de eventos, alguns até muito pouco relacionados com a segurança do cidadão.

O índice de Violência nos é especialmente importante, já que leva em conta delitos de gravidade e que, por suas peculiaridades, tem decisiva influência na sensação de segurança da comunidade.

O índice de Violência é análogo ao índice de Criminalidade, com a diferença básica de abranger apenas aqueles crimes em que a ação violenta é um componente necessário (homicídio, tentativa de homicídio, estupro, assalto, roubo e seqüestro).

O índice de Violência, tal qual por nós concebido, deriva da relação matemática entre:

— número de crimes violentos (roubos, "assaltos", homicídios e sua tentativa, estupros) registrados em determinado espaço de tempo na área geográfica considerada;

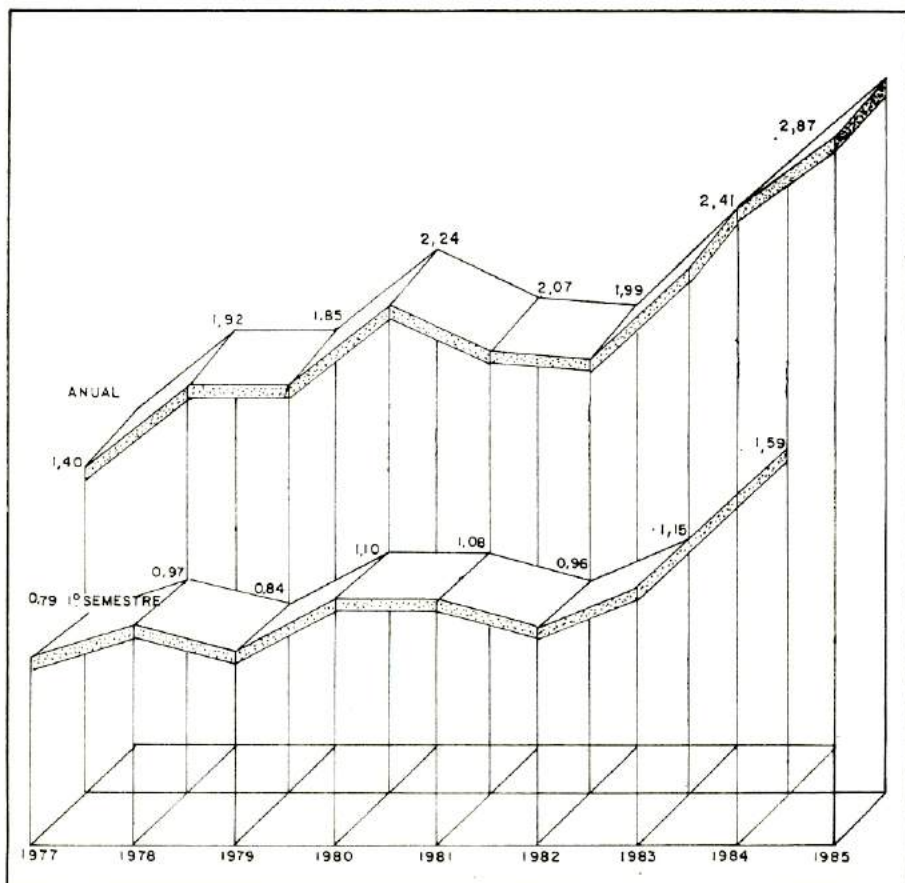
— número de habitantes considerados por grupos a 1.000.

Como se pode verificar no gráfico adiante, os índices de violência não seguem a lógica da Síndrome, ou seja, não estão em crescimento acelerado e uniforme, conforme sugerem as expressões alarmistas com que é enfocada pelos profissionais da insegurança.

O índice de Violência, após o salto de 1978, manteve-se relativamente estável no ano seguinte. Em 1980, o problema agravou-se com a curva atingindo patamares inéditos. O problema começa a ser contornado no semestre do ano seguinte, permanecendo em baixa até o terceiro trimestre de 1982. A partir daí, o índice de Violência volta a crescer e assim permanece, acompanhando o período recessivo por que tem passado a economia do país.

Hoje, quase três quartos (71,4%) do índice de Violência resultam dos crimes contra o patrimônio, especialmente; os assaltos. Esse aspecto foi detectado em 1983, haja vista que em 1977 a participação não passou de reduzidos 30,9%, com amplo predomínio dos crimes contra a pessoa (57,8%). A partir de 1978, enquanto estes declinavam, os delitos contra o patrimônio iniciavam sua ascensão, tanto que já em 1979 os crimes contra a pessoa, dos 57,8% de 1977, estavam reduzidos a 39,9%, chegando a 1984 com menor taxa conhecida, 23,4%.

GRÁFICO DE ÍNDICE DE VIOLÊNCIA
(1977 a 1985)



VIII — COMPARAÇÃO

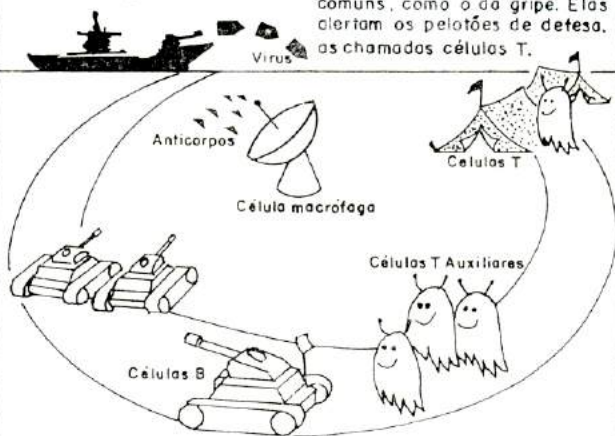
No campo da pesquisa relativa à AIDS, consta que o agente patológico vinha sendo estudado de há muito e as últimas notícias são de que o vírus, HTLV 3, já foi isolado inclusive. Quer dizer, antes de o assunto ser de domínio público, já havia alguém preocupado em reduzir efeitos e eliminar causas. Quanto à violência urbana, exatamente pela falta de Policiólogos, sempre houve, particularmente a partir da segunda metade da década de 70, noção de que algumas causas, não determinadas com precisão, estavam provocando transformações nefastas à sociedade. Porém, nunca houve convicção quanto à premente necessidade de se conhecê-las, equacioná-las, estabilizá-las e erradicá-las.

Um fenômeno interessante ocorre com os VCM e essas síndromes. No que se refere à AIDS, constata-se que a divulgação se refere às causas, isto é, o trabalho insano que vem sendo desenvolvido contra a moléstia que, até agora, é 100% mortal, bem como informações muito oportunas e eficazes a respeito de precauções efetivas.

Quanto à violência urbana, a divulgação quanto às causas é mínima, cedendo espaço à divulgação da própria síndrome e ao trabalho que "*deveria ser desenvolvido*" pelos instrumentos de defesa que, erroneamente, são sintetizados na polícia. É um erro primário, como o seria debitar aos fagócitos ou macrófagos, a incapacidade de enfrentar a AIDS. Os mecanismos de defesa do organismo humano são escalonados, harmônicos e de atuação localizada. Assim também o são os de defesa social. Percebe-se, portanto, que o trabalho dos VCM a respeito da AIDS compreende informativos excelentes que, efetivamente, se prestam a conduzir esta fase crítica, se não absolutamente tranqüila, no mínimo, de forma menos traumática. Quanto à SVU, constata-se que há informação deficiente, a par de uma barulhenta minoria que prima pela desinformação ou má informação. Estes, levados, por certo, pelo entendimento de que a má notícia, dada com retoques de maldade, é a boa notícia, é a que vende e projeta o veículo, não se aperceberam de que a atitude gera intranqüilidade, desconfiança, insegurança. Sugiro que os senhores leiam a respeito da Síndrome de Peter-Pan ou Síndrome de Avestruz ou Síndrome de Manchete. Facilitaria o entendimento desta postura negativa e inconveniente. Assiste-se, assim, a um ataque, de alguns inconseqüentes, às instituições de defesa da sociedade, ao invés de carrear esforços para aprimorá-las, para reforçá-las, torná-las altamente efetivas. É como se descobrisse um antídoto (permitam-nos a extensão) contra a AIDS e se movesse uma campanha sistemática contra ele, sob alegações interesseiras infundadas, exageradas ou até mesmo corretas, acerca de efeitos colaterais, cuja gravidade esteja aquém do fundamental.

O sistema imunológico sadio

1- Num organismo são, as células macrófagas detectam e identificam os vírus invasores comuns, como o da gripe. Elas alertam os pelotões de defesa, as chamadas células T.

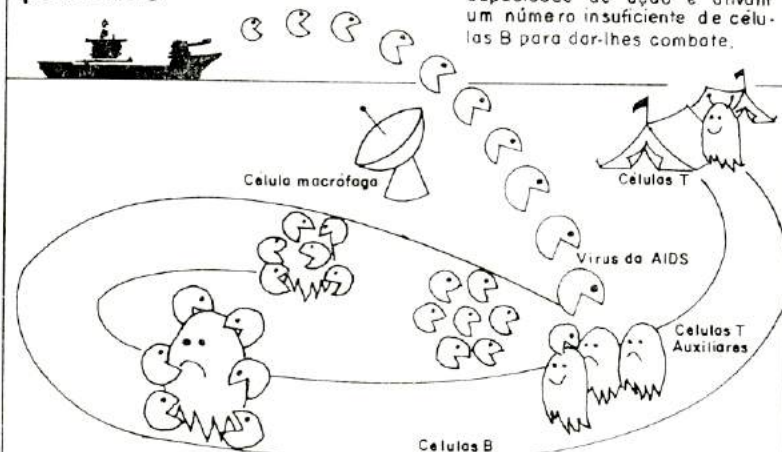


3- As células B também se multiplicam. Elas produzem os anticorpos que destroem os vírus invasores.

2- Estimuladas, as células T entram em ação e multiplicam-se em vários tipos. As células T Auxiliares ativam as células B.

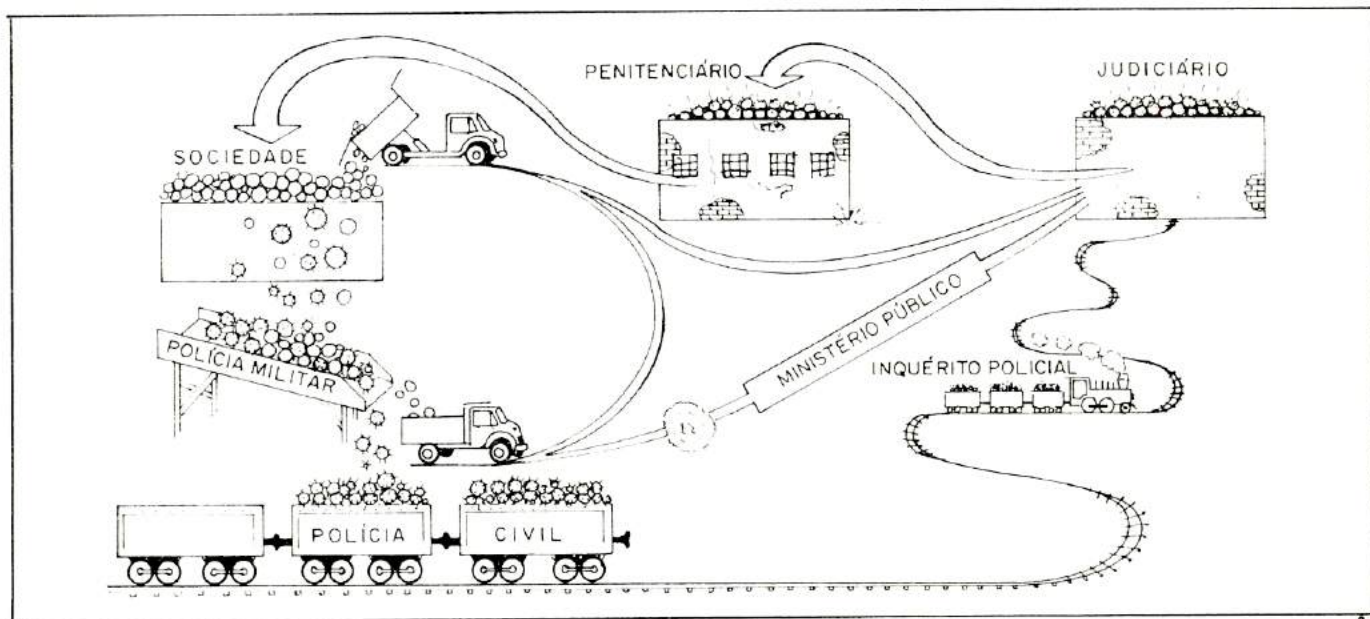
As defesas minadas pela AIDS

1- O vírus da AIDS ataca as células T Auxiliares que perdem a capacidade de ação e ativam um número insuficiente de células B para dar-lhes combate.

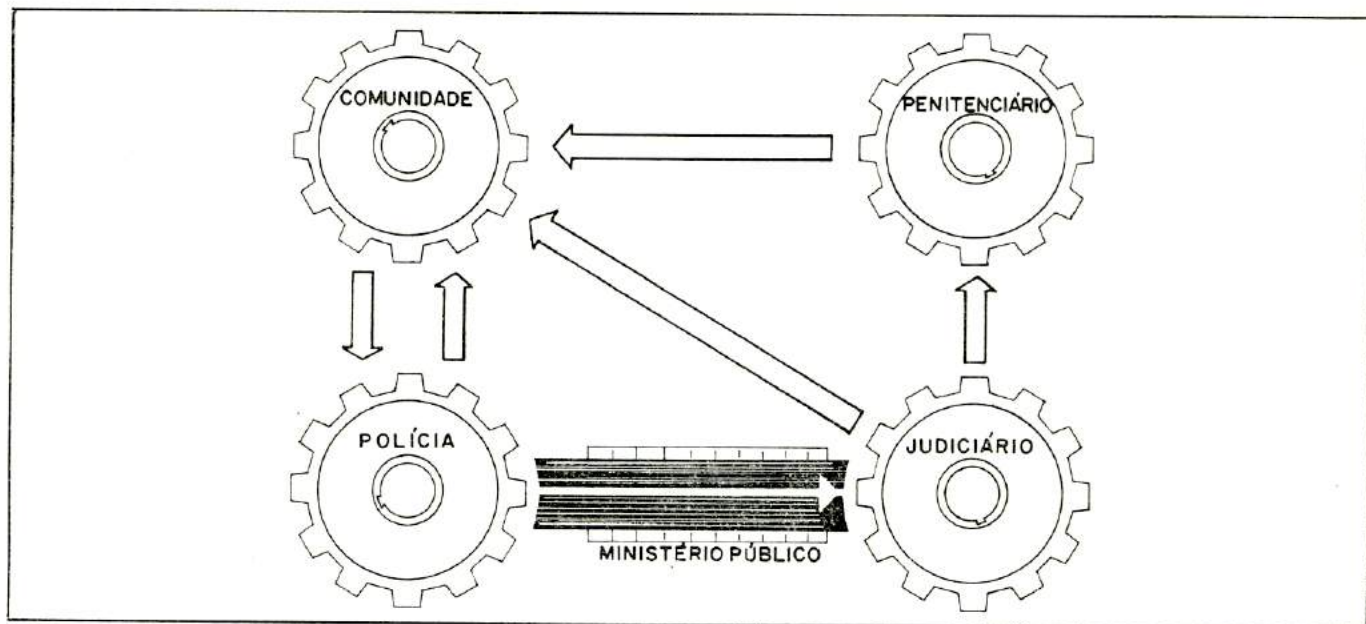


3- As células T Auxiliares passam a servir de bases de onde o vírus da AIDS ataca outras células T até o colapso total do sistema defensivo. O organismo fica à mercê de infecções.

2- Mais forte que os anticorpos destacados para destruí-lo, o vírus passa a utilizar as células T como nutriente no seu próprio processo multiplicativo.



PRECÁRIO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL



ADEQUADO SISTEMA DE DEFESA SOCIAL

Gostaríamos de estabelecer um paralelo entre a forma de percepção da sociedade a respeito desta Síndrome e a AIDS:

CATEGORIAS	SVU	AIDS
Área	Patologia Social	Patologia Individual
Campo	Sociedade	Organismo humano
Grupos de risco	Metrópoles	Viciado em drogas homossexuais hemofílicos
Precauções Efetivas	<ul style="list-style-type: none"> — Ação de providências elementares de segurança física (pessoal e de instalação); — Evitar situações de risco (locais, horários, negligência). 	<ul style="list-style-type: none"> — Evitar relações homossexuais; — Transfusão de sangue somente de pessoal examinado e liberado; — Uso de seringas descartáveis; — Abstenção do uso de drogas.
Precauções Irreais	<ul style="list-style-type: none"> — Andar armado, às vezes, até mesmo, sem saber atirar; — Não conduzir bolsa. 	<ul style="list-style-type: none"> — Não estender a mão para homossexuais; — Não doar sangue.

Obviamente, os senhores já se aperceberam de que estamos abordando o aspecto terapêutico da SVU. Isto porque, conforme já nos manifestamos anteriormente, a violência urbana é menos um problema policial que um complexo problema social. E, em maioria, o problema social é um problema de educação, sem dúvida, um recurso profilático excepcional, de indubitável valor e que, pouco a pouco, vem tendo tratamento prioritário.

Síndrome, como já falamos, é um nome difícil, de significação não muito clara para muitos e que pressupõe algo de místico, de misterioso, de fantasmagórico. Com certeza, por isto, há entendimento, quase que generalizado, de que a palavra é sinônimo de MEDO. Não o é, mas que parece, parece... O fato é que qualquer síndrome gera medo exatamente pelo enfrentamento a uma situação, não muito visível, de princípio. A tendência é de que a inquietação aumente à medida que se desconheça ou se pressuponha a extensão do perigo real, potencial ou imaginário.

Em 04 Ago 85, a Folha de São Paulo apresentou interessante artigo assinado por Júnia Nogueira de Sá, de uma página, cujo título era: "*Desinformação sobre AIDS muda hábitos do paulistano*". A repórter discorre sobre o vazio nas calçadas, bares e boates, então freqüentados pelos homossexuais e o fechamento de saunas-gay. Fala sobre donas de casa que dispensam copeiro e cabelereiro homossexuais. Uma delas, inclusive, dizendo-se mulher livre, declara haver reduzido suas relações sexuais. Lembra, a repórter, os dois meios cientificamente comprovados de transmissão do vírus, o esperma e o sangue, excluindo, portanto, a saliva. A certa altura, relata: "*E a falta generalizada de informação altera hábitos necessários*".

Em outro trecho:

"Todo este pânico é perfeitamente justificável, diz o professor e médico Ricardo Veronesi, 60, titular da cadeira de Moléstias Infecciosas na USP. A população está pouco esclarecida sobre o fato de a AIDS não ser uma doença exclusivamente homossexual e ainda fica à mercê de alguns interesses subterrâneos que espalham por aí coisas como a doença não existe ou o teste sanguíneo para detectar a AIDS não funciona". O assessor de imprensa do Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS responde: "*E preciso que as pessoas entendam que a doença é muito mais grave que o homossexualismo. E é apenas ela que deve ser combatida*".

O Editorial da Folha de São Paulo, de 04 de Ago 85, "*AIDS, Medo e Informação*", consegue reunir concisão, objetividade, clareza e capacidade de síntese:

AIDS, MEDO E INFORMAÇÃO

"A taxa exponencial com que se intensificam os registros AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Adquirida) está produzindo, como ocorre em toda onda de epidemia, reações de pânico e alarmismo que podem mesmo levar a mudanças de hábito entre a população. De fato, essa relação entre a doença e os costumes pode ter freqüentemente influências tão relevantes como as dos vetores da transmissão isoláveis em laboratório. A AIDS, sobre a qual muito pouco se sabe, é largamente associada aos hábitos homossexuais ou à promiscuidade.

Já no século 15, diante da seqüela de Peste Negra, notabilizou-se Boccaccio ao catalisar numa obra literária, o "Decamerone", as relações entre pestilência, culpa e incerteza, de um lado, e explicitação tanto do imaginário quanto das práticas sexuais do ser humano. É a mesma associação que agora ressurgiu, precipitada, não pela falta de evidências referentes à maior incidência da Síndrome em certos grupos típicos, mas pela própria ignorância que ainda existe em torno do real significado dessa en-

fermidade. Mas essa ignorância, aliada a uma correlação perversa e antiga entre sexualidade e desvio, tem dado margem à adoção de práticas nitidamente preconceituosas, senão agressivas e impensadas, contra os grupos em que se tem manifestado. Os dados da Pesquisa-Folha que hoje publicamos, se revelam um saudável espírito de tolerância na população em face do homossexualismo, não desmentem a possibilidade de atitudes preconceituosas ganharem ímpeto, associadas ao estigma da doença.

Nesse contexto, a responsabilidade dos órgãos de comunicação de massa é magnificada. A importância de se buscar toda a informação, por mais fortes e preconceituosas que sejam as forças em jogo, não pode subestimar-se. Se o assunto é polêmico, todas as fontes devem ser valorizadas e colecionadas, sem distinção de grupos institucionais, acadêmicos ou comunitários. Cabe à imprensa, em todas as suas formas, empenhar-se para que nada fique oculto, mas também para que as revelações se dêem num clima de esclarecimento e tranquilidade, evitando o pânico e o sensacionalismo. O trabalho informativo será, desse modo, capaz de contribuir para a transformação do próprio contexto cultural que, nesses casos de doença "social", muitas vezes prejudica o progresso dos próprios trabalhos de investigação científica".

Já tivemos oportunidade de dizer que a preocupação primeira do homem é com sua sobrevivência e, a segunda, com a sobrevivência de sua espécie. Portanto, qualquer noção de um perigo real ou imaginário, que possa representar uma ameaça, causa grande inquietação no homem, e é chamada de medo. Um grande susto ou medo seria o pavor. O sentimento do medo pode evoluir, absorvendo grande concentração física ou mental, recebendo a denominação de tensão.

Esta pode tomar ares de tormento, tribulação, isto é, transformar-se em angústia, que é, do ponto de vista psíquico, "*desagradável sensação de tensa expectativa e o estreitamento da consciência*". É uma das manifestações da neurose, "*perturbação mental que não compromete as funções essenciais da personalidade e em que o indivíduo mantém penosa consciência de seu estado*". O medo mórbido, doentio, aversões irreprimíveis, são sintomas específicos de neurose, a que chamamos fobias. Há, ainda, as psicoses ou "*processos mórbidos de desintegração da personalidade*".

É de se concluir, portanto, ser da maior importância a participação dos VCM no esclarecimento, na educação e no combate às doenças, particularmente, às que estamos discutindo: a deficiência imunológica e a violência urbana, respectivamente do organismo do homem e do organismo social. Repetindo e ratificando o papel da imprensa, segundo a Folha de São Paulo:

"... empenhar-se para que nada fique oculto, mas também para que as revelações se dêem num clima de esclarecimento e tranquilidade, evitando o pânico e o sensacionalismo."

Retornando ao que falou o professor e médico Ricardo Veronesi: *"A população está pouco esclarecida... e ainda fica à mercê de alguns interesses subterrâneos que espalham por aí coisa como..."*. Em relação à violência urbana, ocorre situação semelhante. A população está muito mais desinformada ou mal informada do que corretamente informada, face à polissemia, à ilusão de isotopia, ao efeito catártico da notícia, de que se aproveita uma minoria barulhenta, irresponsável, inconseqüente e de interesses subterrâneos. Adotando postura demagógica, formam um grupo pequeno, porém forte, dos profissionais da insegurança: quanto mais insegurança, mais lucro imediato. Porém, não pensam ou preferem não pensar nos graves prejuízos mediatos que causam à sociedade, que também integram. É de se pressupor, então, que esta sociedade tende a ser tomada e varrida pelo pânico, pelo medo generalizado fora de controle racional, em razão de desfigurarem-se sua causa eficiente: convivência, viver com, interação, interdependência. Bem sabemos que o homem não vive só, mas, a expectativa de *"ser a próxima vítima"*, vem levando-o ao esclauroamento.

IX — CONCLUSÃO

Realizamos uma longa caminhada, através dessa conferência, pelas veredas ínvias e dificultosas da realidade do modelo social em que vivemos e em que exercemos nossas tarefas.

Esperamos haver delineado a Síndrome da Violência Urbana e a influência dos MCM na ação policial-militar. Muito pouco parece havermos conseguido, pois, resta-nos saber o fundamental: que fazer para solucionar o problema aqui colocado? Como conseguir reunião de esforços, por onde começar, quando enfrentar causas?

O que se pode adiantar por ora é que, se a imprensa adotar a postura sugerida pela própria Folha de São Paulo, muito se terá caminhado em termos de engajamento dos MCM no reforço da segurança subjetiva, como valiosa contribuição à prevenção criminal e ao combate à violência. Quanto aos profissionais da insegurança, os que se realizam com ela, espera-se que o aspecto moral de sua atividade prepondere sobre o exercício legal.

Como se vê há muitas dúvidas e poucas certezas.

Aliás, certeza só uma: não podemos ignorar a Síndrome da Violência Urbana nem subestimá-la.

O que se fizer de positivo no sentido de encontrar soluções para esse problema, só poderá somar e contribuir para o engrandecimento de nossa Corporação sesquicentenária, verdadeiro e perene patrimônio do povo mineiro, em razão do aprimoramento de nossa secular atividade de defender o indivíduo, a comunidade.

As medidas adotadas com relação à AIDS certamente estão contribuindo para impedir o avanço da doença, hoje letal em 100% dos casos, e, em pouco tempo, erradicá-la através da vacinação e cura dos pacientes.

Se medidas análogas fossem adotadas com relação à SVU provavelmente já teríamos obtido progressos consideráveis na redução dos índices de violência e sua manutenção dentro dos limites suportáveis, ensejando, assim, a instauração de um ambiente de verdadeira segurança, ideal de toda sociedade.

Inexplicavelmente, porém, quando abordada pelo vários segmentos sociais enfocada pelos MCM, a Síndrome da Violência Urbana recebe tratamento diferenciado, notadamente nos seguintes pontos:

SÍNDROME DA VIOLENCIA URBANA	SÍNDROME FÍSICA (POR EXEMPLO A AIDS)
<p>DESINFORMAÇÃO: Não há a preocupação de trazer autoridade no assunto para orientação do público. A Polícia Militar, p. e., não foi ouvida nem chamada a integrar as Comissões que estudaram o assunto.</p>	<p>INFORMAÇÃO: Os cientistas, pesquisadores, médicos, especialistas, enfim, as maiores autoridades no assunto são chamadas a orientar o público a respeito do processo etiológico.</p>
<p>OMISSÃO QUANTO A CUIDADOS, PRECAUÇÕES, ETC. Os comunicadores não orientaram a população sobre a forma de evitar a violência. Receitam atitudes que vão incrementar a violência, em vez de reduzi-la, como portar arma, aprender Karatê. Fomentam a polissemia, a ilusão de isotopia, confundem a opinião pública.</p>	<p>ORIENTAÇÃO SOBRE CUIDADOS PARA EVITAR CONTAMINAÇÃO, ETC. A população é orientada sobre os perigos representados pelos grupos de risco, sobre precauções para evitar a doença. Não há estardalhaço nem sensacionalismo quanto às ocorrências.</p>
<p>ALIMENTAÇÃO DE MITOS, PRECONCEITOS E ESTEREÓTIPOS QUE INTRANQUILIZAM E GERAM INSEGURANÇA NA POPULAÇÃO. São comuns frases do tipo: "Você é a próxima vítima". "A polícia é incapaz de prevenir crimes; é fator de mais violência". "Cada um deve se defender". "Não confie na polícia".</p>	<p>DISSIPARAÇÃO DE LENDAS, CRENÇAS INFUNDADAS QUE INTRANQUILIZAM A POPULAÇÃO. Viu-se, no caso da AIDS, a constante preocupação sobre os riscos reais e irreais de contágio, evitando-se o pânico e a inquietação da sociedade inteira.</p>

<p>SÍNDROME DA VIOLENCIA URBANA</p>	<p>SÍNDROME FISICA (POR EXEMPLO A AIDS)</p>
<p>SOLUÇÕES INADEQUADAS, EMOCIONAIS, INTERESSEIRAS. São frequentes as sugestões do tipo: introdução da pena de morte; ataque ao caráter militar das forças policiais; linchamento; medidas de combate a efeito; ausência de mentalidade preventiva.</p>	<p>SOLUÇÕES CIENTÍFICAS. Procura-se a identificação das causas, do remédio eficaz e produção de vacinas (prevenção).</p>
<p>ESCASSEZ DE RECURSOS PARA PESQUISA. Não há interesse pela descoberta das causas. Morosidade, no tratamento dos efeitos, insensibilidade pela prevenção.</p>	<p>DESTINAÇÃO DE VULTOSOS RECURSOS PARA A PESQUISA. Com o fim de identificação do agente etiológico, tratamento do paciente e prevenção da doença, vultosos fundos são canalizados para entidades e instituições de pesquisa.</p>

Em resumo: inversamente ao que acontece com as notícias sobre a AIDS, as notícias sobre SVU, em maioria, deseducam, desinquietam, alardeiam e colocam os órgãos de defesa na condição de "bode expiatório".

Não se está pleiteando tratamento benevolente, complacente. Estima-se, sim, que, em conjunto, sejam estabelecidas atitudes que visem a tornar mais eficientes as defesas sociais. Mais uma vez, a Biologia nos auxilia: doenças só se evitam, só se restringem seus efeitos, só se eliminam, através de fortalecimento dos dispositivos de defesa do organismo. Também a Policiologia deve estudar e propor medidas que visem a fortalecer as defesas do organismo social. Enquanto isso, temos de admitir que os profissionais da insegurança irão vicejar, irão prosperar, à custa de intranquilizar as comunidades, à causa do modismo de falar mal da Polícia.